

Ulysses: não à Lei de Segurança

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, criticou ontem a utilização da Lei de Segurança Nacional contra os oradores do comício pró-diretas realizado em São Paulo. Segundo ele, a legislação penal já tem dispositivos suficientes para punir os que perturbarem a ordem ou incitarem ao saque e à pilhagem, "e isto se aplica também aos que tiverem qualquer tipo de responsabilidade política no País, seja ela qual for".

Embora contrário à aplicação da LSN, o deputado paulista deixou claro que a Constituinte não tem poderes para, neste momento, revogar aquele dispositivo. "Uma lei se revoga é com outra lei", acrescentou.

De qualquer forma, segundo Ulysses, a Constituinte está agilizando seus procedimentos para que sejam revogadas todas as leis de exceção, "especialmente aquelas que mereceram nossa condenação".

O presidente do PMDB fez questão de esclarecer; ainda, os termos de sua conversa com o ministro Paulo Brossard, da Justiça, a respeito da aplicação da LSN sobre os envolvidos na agressão sofrida pelo presidente Sarney no Rio de Janeiro: "Tratamos apenas daquele episódio. Eu levei o meu endosso à manifestação dos líderes contra a utilização daquele dispositivo e o Ministro prometeu examinar o assunto".

O delegado Carlos Mandim de Oliveira, que preside o inquérito que apura as agressões contra o presidente José Sarney, dia 25 de junho, no Rio de Janeiro, já está em Brasília para ouvir os parlamentares que integravam a comitiva do Presidente e os agentes de segurança que assistiram à manifestação. Os departamentos de Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Gustavo Farias (PMDB-RJ) e Adolfo Oliveira (PL-RJ), serão tomados possivelmente ainda hoje.

O ministro Paulo Brossard, que concentra as informações sobre o inquérito, não acrescentou nenhuma novidade em relação às investigações, mas voltou a defender a Lei de Segurança Nacional.

JORNAL DO BRASIL

16 JUL 1987

Preventiva de Groff é prorrogada

Rio — O advogado Nilo Batista, ex-secretário de Polícia Civil, foi o portador das más notícias para o seu cliente, Danilo Groff, indiciado no inquérito que apura o atentado contra o presidente José Sarney: o juiz Roberto Lima e Silva, da 2ª Auditoria de Marinha, acatando o pedido do delegado Carlos Mandim de Oliveira, do DOPS da Polícia Federal, decidiu estender por mais 15 dias a prisão de Groff e do ativista da CUT Mauricio Pencak, indiciado pelo mesmo crime. Groff e Pencak, porém, receberiam pouco depois uma notícia mais amena: o

advogado Luis Guilherme Vieira, associado a Nilo Batista nesta defesa, conseguiu uma cela especial para os dois presos, separando-os, assim, dos dois estrangeiros que compartilham com eles o mesmo alojamento.

A transferência seria feita ontem à noite. Um desses companheiros era um suéco, que não se comunica em português e permanece arredo, num canto da cela. O outro é o cubano Franquino Dias, que o tempo todo, faz discursos contra Fidel Castro.

Outro processo que pede

o habeas corpus de Danilo Groff, assessor do ex-governador Leonel Brizola, está na Procuradoria Geral da Justiça Militar, de onde deverá sair dentro de 48 horas com o parecer do procurador Eduardo Pires Gonçalves. Só então, o processo será remetido ao relator, que vai decidir se concede ou não o habeas corpus. Sua decisão, no entanto, será referendada no dia 4 de agosto, quando os ministros retornarem do recesso judiciário.

O pedido de habeas corpus foi impetrado no último dia 2, pelo advogado Nilo Batista.

Dom Evaristo adverte que há risco de golpe militar

Montevideu — Em entrevista ao semanário *Aqui*, publicada ontem, o cardeal brasileiro Paulo Evaristo Arns advertiu para o risco de um retorno dos militares ao poder no Brasil, ressaltando que em seu país o governo se pauta por uma Lei de Segurança Nacional.

"Continuamos nos regendo pela Lei de Segurança Nacional e, de acordo com essa lei, os militares podem voltar a tomar o poder, se assim o desejarem", disse ele, para acrescentar: "É fundamental e necessário o trabalho da atual Assembleia Nacional Constituinte, a fim de que se elabore uma carta constitucional dentro de um prazo razoável".

Para a Igreja, a Consti-

tução deve responder à segurança nacional do povo, e não do Estado ou do Governo, como foi até agora, disse ainda dom Evaristo.

Com relação à dívida externa, sua posição é a de que o Brasil não poderá ter progresso social enquanto estiver obrigado a pagar a cada ano 12 bilhões de dólares de juros. "O Brasil está vivendo um processo de transição para a democracia, mas atravessa uma situação econômica que eu qualificaria de muito grave, e acrescentaria que essa gravidade está impedindo a democratização.

Segundo dom Evaristo, a posição da Igreja Católica frente à realidade brasileira é de apoio a todos os movimentos sociais, "sempre

que estes se diriam à conquista do bem comum, jamais aos interesses de um partido político".

Depois de dizer que as visitas do Papa à América Latina sempre produzem frutos, ele manifestou o desejo de que o Chile não tarde em recuperar a democracia, "ao contrário do que ocorreu no Brasil, que teve de esperar cinco anos", para que isso acontecesse, depois da passagem do pontífice. João Paulo II visitou o Chile em abril último.

"O Brasil e os demais países latino-americanos têm uma história comum, uma história inicial de prolongado colonialismo e de exploração. Todo o continente passou pelo mesmo processo", disse ele.